

## A desmedida do capital<sup>1</sup>

Jorge Grespan<sup>2</sup>

**Resumo:** Resultado de comunicação no debate “Marxismo e Crise” promovido pelos Cadernos, o presente texto procura um eixo articulador para os vários conceitos de crise apresentados em *O Capital* e desenvolvidos pela tradição marxista subsequente. Para tanto, discute as categorias de “medida” e de “desmedida”, centrais na dialética da Doutrina do Ser hegeliana e que Marx reencontra no movimento enlouquecido das formas do mundo capitalista, base das crises.

**Palavras-chave:** Marx – crise – contradição – medida – desmedida.

A crise mundial em curso, de magnitude e profundidade talvez maiores que as de 1929, mais uma vez coloca na ordem do dia a crítica de Marx ao capitalismo, cuja importância reside no fato de ter a “crise” justamente como seu conceito-chave. Não se trata de uma condenação simplesmente moral, de certa forma externa ao sistema, e sim de apontar o caráter contraditório que lhe é inerente, que constitui o capital e o seu mundo, e que se manifesta nas crises. A crítica tem como que uma objetividade, portanto, sendo a tarefa do crítico apenas indicar a crise que decorre da contradição constitutiva do capital.

Mas qual é exatamente o elo entre os conceitos de contradição e de crise no pensamento de Marx? A questão parece fácil, talvez a tal ponto que sua pretensa obviedade dispensaria a necessidade de resposta. E

---

<sup>1</sup> A versão oral deste texto foi apresentada no debate “Marxismo e Crise”, realizado em 29/04/2009 em comemoração aos dez anos de publicação dos Cadernos de Ética e Filosofia Política. A mesa, coordenada por Maria das Graças de Souza, foi constituída pelos seguintes professores da USP: Jorge Grespan (História), Vladimir Safatle (Filosofia), Leda Paulani (Economia) e Ruy Braga (Sociologia). [Nota dos Editores].

<sup>2</sup> Professor do Departamento de História da FFLCH-USP.

realmente, na enorme literatura marxista dedicada ao tema, para além da profusão de interpretações do conceito de crise e de explicações de cada crise efetiva, geralmente falta a preocupação em estabelecer com rigor a relação entre contradição e crise.

Assim, o que pretendo neste texto não é oferecer mais uma interpretação dos acontecimentos presentes, e sim encontrar, na obra de Marx, uma raiz comum das várias definições de “crise” propostas na história do marxismo. Não quero dizer com isso que as considero todas corretas apesar de suas divergências, mas que, mesmo as menos felizes compartilham de um fundo de verdade. A intenção aqui, antes de polêmica, é fundacional: trata-se de mostrar que a centralidade do conceito de crise resulta de um nexos muito particular entre ele e o de contradição, que deve então ser estabelecido com precisão.

A categoria decisiva nesta empreitada é a “desmedida” (Maßlos), na qual se costuma não prestar a devida atenção. Ela aparece no texto de *Capital* quando é descrito o movimento contínuo de valorização do valor, já na órbita do trabalho subordinado ao capital, no capítulo 4 do primeiro Livro<sup>3</sup>. A pouca importância que lhe é atribuída decorre provavelmente do fato de que o seu sentido parece restrito à descrição da repetição do movimento do capital. Como esta repetição é só um aspecto do movimento, e na verdade aspecto inscrito na finalidade maior e mais importante de valorizar o valor, a “desmedida” parece algo secundário. Examinemos mais detidamente, porém, este sentido da categoria, pois nele se insinua e, em seguida, dele se desdobra um segundo sentido, este sim decisivo para a mediação buscada entre contradição e crise.

Já os *Grundrisse* definiam o capital como “o impulso *desmedido* e sem barreiras de ultrapassar suas barreiras” (Marx, 1974, p. 240), sendo a “barreira” (Schranke) um “limite” (Grenze), um *quantum* determinado de valor, determinado pelo próprio capital como magnitude a alcançar e superar. É uma *medida* de valor fixada num certo momento como barreira, como obstáculo que o capital visa ultrapassar, num impulso

<sup>3</sup> “A circulação do dinheiro enquanto capital (...) tem seu fim em si mesma (Selbstzweck), pois a valorização do valor existe apenas dentro desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, assim, desmedido.” (Marx, 1984, v. I, MEW 23, p. 167).

“desmedido”. Lembremos que o capital se forma como valor que se autonomiza de sua fonte produtora – o trabalho vivo – e a subordina a si, transformando-a em mercadoria que ele pode comprar – a força de trabalho. É como se o próprio capital se valorizasse, pelo fato de ter adquirido a fonte de criação do valor. E esta fonte também é a *medida* do valor, o “trabalho abstrato” que é determinado como “abstrato” pelo movimento social das trocas de mercadorias, presidido pelo capital em seu interesse de lucro. A autovalorização que define o capital é, com isso, também automensuração: ao dominar a força de trabalho, o capital pretende dominar a capacidade de se medir, de fixar a medida de valor que lhe corresponde em um certo momento e que ele quer e precisa superar enquanto valor que se valoriza. Medir-se, então, é algo crucial para o capital.

Mas ele deve medir não só o seu valor atual como aquele que ele tem de alcançar, isto é, a mais-valia, o excedente de valor. Neste ponto é interessante citar uma passagem das *Teorias da Mais-Valia*:

todo o processo de acumulação se resolve a seguir em produção excedente, que corresponde, por um lado, ao crescimento natural da população e que forma, por outro lado, uma base imanente para os fenômenos que se mostram nas crises. A *medida* desta produção excedente é o próprio capital, o nível dado das condições de produção e o impulso *desmedido* ao enriquecimento e à capitalização pelos capitalistas, de modo algum o consumo.<sup>4</sup>

Analisemos o trecho. Enquanto na circulação simples de mercadorias a “medida” da magnitude do valor a ser produzido é dada pelas necessidades de consumo de uma população em “crescimento natural”, na circulação do capital, que deve resultar “em produção excedente” de valor, a medida não é o consumo social, mas “o próprio capital”, ou seja, a necessidade de “enriquecimento e capitalização dos capitalistas”. Além disso, o texto afirma que a produção do excedente de valor “forma uma

<sup>4</sup> Marx, 1967, v. II, MEW 26.2, p. 492, grifos meus.

base imanente para os fenômenos que se mostram nas crises”. A relação entre “excedente” e “crise” é que o valor em excesso é de certa forma a negação – a superação – do valor presente do capital. Ele mede seu valor presente e ao mesmo tempo nega esta medida, para afirmar o valor do excedente. Neste processo, os dois valores, ou dois momentos do valor do capital, nem sempre se harmonizam: criar um valor novo pode às vezes implicar destruir o valor antigo; desvalorizá-lo, e não valorizá-lo.

Avançando neste raciocínio, citemos novamente uma passagem dos *Grundrisse*:

É suficiente aqui indicar que o capital contém uma *restrição* específica da produção – que *contradiz* sua tendência geral de prosseguir por cima de cada barreira da mesma – para ter descoberto o fundamento da *sobreprodução*, a contradição fundamental do capital desenvolvido.<sup>5</sup>

A crise aparece aqui como “restrição” da produção, que “contradiz” o impulso a superar as barreiras. O excesso de valor, que o capital tem de produzir para ser capital, ou ainda, a superação contínua de suas medidas leva a uma “sobreprodução”, a um excesso de produção. A natureza “desmedida” do impulso à capitalização leva não mais a uma nova medida de valor, mas, ao contrário, a uma desmedida, a um excesso de produção. Mas como isso é a “*contradição* fundamental do capital desenvolvido”? Como o excedente de valor “contradiz”, em vez de afirmar a natureza do capital?

Esta contradição das medidas, que define o segundo sentido da “desmedida”, é a própria contradição que marca o capital, a partir de sua relação com o trabalho assalariado. É que o capital compra força de trabalho e assim faz dela parte de uma totalidade maior formada por ele – o trabalho passa a se chamar “capital variável”; mas por outro lado, objetivado nos meios de produção – como “capital constante” –, o capital continua se opondo ao trabalho vivo. Ele se opõe à parte que incluiu em si; de certo modo, se opõe a si, se “contradiz”.

5 Marx, 1974, p. 318, grifos meus.

Ou melhor: o trabalho é sempre a “substância” do valor, é ele que constitui substancialmente o capital como valor e mais-valia; mas o trabalho é subordinado ao capital já por uma relação jurídica, formal. É o capital, portanto, que imprime a “forma” ao processo de valorização, justamente incluindo a força de trabalho como uma parte dele e excluindo esta força da propriedade dos meios de produção e do produto. Substancialmente, o capital é composto por trabalho – vivo e morto; o trabalho é que compõe o todo. E o capital não tem substância própria nenhuma, ele é apenas um movimento formal, a saber, o de subordinar a força de trabalho e obrigá-la a produzir excedente de valor. Quem cria o valor, e quem mede o valor, é somente o trabalho. Mas o movimento é imposto pelo capital; é ele quem move a “substância”, fazendo com que ela crie e meça o valor. Do ponto de vista *formal*, o capital se valoriza, o capital se mede. Como do ponto de vista *substancial*, no entanto, ele só pode fazê-lo subordinando o trabalho, sua autovalorização e sua automeasuração giram em falso. Ou seja, ele mede seu valor ao afirmar a importância do trabalho, mas perde esta medida ao negar esta importância.

Assim, todos os fenômenos derivados da negação do trabalho pelo capital, como a substituição de mão-de-obra por meios de produção, por exemplo, levam de algum modo à desmedida. Daí que o aumento da composição orgânica do capital, como expressão daquela negação, conduza o sistema capitalista à queda da taxa média de lucro, acompanhada muitas vezes por um aumento da taxa de mais-valia. Atentemos a esse fenômeno: o excedente de valor vai numa direção quando medido como lucro e noutra, quando medido como mais-valia. Configura-se aqui uma oposição de duas formas de medida – a da taxa real de exploração da força de trabalho, mais-valia, e a da taxa de valorização “fetichista”, em que o capital se apresenta como produtor do lucro. Embora em dois planos, é o mesmo capital que se mede; a oposição de suas duas medidas é autonegação, é a contradição, agora mais bem definida.

E já que entramos no tema do Livro III de *O Capital*, ao falar da taxa de lucro, vamos considerar o problema da medida e da desmedida na esfera da *distribuição* social do valor e da mais-valia, e não mais apenas na da sua produção, tema do Livro I. Agora a contradição na relação do

capital com o trabalho aparece como negação recíproca dos muitos capitais que competem uns com os outros; isto é, aparece como negação de um capital por outro capital. Por isso, é nesta concorrência que justamente *aparecem* as determinações internas, constitutivas do capital como relação com o trabalho. A formalidade do processo pelo qual o capital se impõe ao trabalho, isto é, as relações sociais pautadas pela *propriedade privada* dos meios de produção, implica o fato dessa propriedade determinar a distribuição do valor e da mais-valia socialmente gerados.

Num primeiro momento, correspondente às três seções iniciais do Livro III, concorrem os capitalistas industriais, mas já aqui as leis da distribuição diferem das leis da produção do valor, ou seja, a medida que rege a distribuição se afasta da medida que comanda a produção de valor. Não é conforme à proporção em que tenha contribuído para a criação de valor social que um capitalista individual se apropria de uma parte dele. O mecanismo da formação da taxa média de lucro e da concorrência justamente permite a Marx explicar o modo com que o valor se divide de acordo com o volume de cada capital singular, e não com o quanto ele tenha contribuído para gerar o valor total. O que importa, assim, é a propriedade que cada capitalista possui de meios de produção, mesmo em setores da indústria que apresentam alta composição orgânica do capital – que contribuem *relativamente* pouco para a formação do valor social total. O capitalista com muito capital tende a abocanhar mais do valor social do que aquilo que contribuiu efetivamente para criar, enquanto outro, com pouco capital, tende a abocanhar menos. O que decide, aqui, é o volume da *propriedade* de cada um, isto é, a base formal-jurídica, que permite ao capitalista *excluir* a força de trabalho e, daí, excluir outros capitalistas.

E este traço apenas se reforça com a seqüência da apresentação de Marx, que passa a considerar o capital comercial, o capital a juros e a renda da terra como destinatários do valor social a ser distribuído. Em escala crescente, é o título de propriedade que capacita o agente econômico a se apropriar do que outros criaram. Se o capitalista industrial pelo menos participava na criação de valor, colocando a força de trabalho a produzi-lo, o capitalista comercial, o banqueiro e o proprietário de

terra estão cada vez mais afastados da esfera da produção. Mas o título de propriedade que possuem os habilita a reivindicar o que, conforme a lei do valor, não deveriam ter. Completa-se a passagem da “substância” à “forma” do valor, da produção pelo trabalho à distribuição pela propriedade.

Esta passagem, já no primeiro momento do Livro III, da concorrência entre os capitalistas industriais, implica uma discrepância entre a medida da produção e a da distribuição do valor que leva ao fenômeno da sobreprodução mencionado antes. Como diz Marx: “A sobreprodução acontece em relação à valorização, *not else*”<sup>6</sup>; ou ainda “é uma sobreprodução de meios de produção só na medida em que eles funcionam como capital”<sup>7</sup>. Não se trata de excesso de mercadorias simplesmente, mas de uma situação em que o processo de valorização do capital chega a um ponto em que a sua continuidade implica queda na taxa de valorização, em que o sistema mesmo perde com seus ganhos. O capital existente, dentro de um determinado patamar tecnológico, não permite continuar ampliando a exploração da força de trabalho com a mesma intensidade; e meras mudanças pontuais não resolvem a situação, forçando a obsolescência prematura, até a destruição física do capital existente, para revolucionar toda a base tecnológica e tentar retomar os níveis anteriores da taxa de lucro. Uma nova etapa de valorização só é possível baseada em seu oposto, na desvalorização do capital<sup>8</sup>. É o dilema proposto pela crise atual.

Enquanto nem isso ocorre, os mecanismos de distribuição do valor social se afastam mais dos da sua produção, funcionando como formas temporárias de compensação das perdas reais. O grande capital abocanha, cada vez mais do que devia, as esferas onde não se cria valor, espe-

6 Marx, 1974, p. 326. A expressão encontra-se em inglês, no original.

7 Marx, 1984, v. III, MEW 25, p. 266.

8 “A contradição, expressa muito genericamente, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas (...) ao passo que, por outro lado, ele tem como objetivo a *conservação do valor do capital existente* e sua valorização na mais elevada medida (isto é, crescimento sempre acelerado desse valor). Seu caráter específico é dirigido ao valor do capital existente como meio para a maior valorização possível desse valor. Os métodos pelos quais ele atinge isso incluem: redução da taxa de lucro, *desvalorização do capital existente* e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho *às custas das forças produtivas já produzidas*.” (Marx, 1984, v. III, MEW 25, p. 259, grifos meus).

cialmente a portadora de juros – bancária, financeira –, aumentam seu título de propriedade sobre o que foi criado fora delas. O consumo se sustenta provisoriamente assim, mas a concentração de capital se agrava, a oposição de todas as medidas se aprofunda.

Esta desmedida geral está na base de todas as definições de crise apresentadas em *O Capital*: desde a diferença entre compras e vendas, na esfera da circulação simples de mercadorias, passando pela discrepância entre o dinheiro como meio de circulação e como meio de pagamento (Livro I), pela possibilidade de interrupção do circuito do capital singular, pela desproporção entre os departamentos da produção capitalista (Livro II), até a queda da taxa de lucro concomitante ao aumento da taxa de mais-valia, à sobreprodução e sobreacumulação de capital e, por fim, à oposição entre taxa de lucro e taxa de juro (Livro III). Em todos estes casos, de maneiras distintas, mas encadeadas, configura-se uma desmedida.

É importante observar, de qualquer modo, que as várias figuras da desmedida estão realmente encadeadas. Mesmo na “forma mais exterior e fetichista da relação de capital”<sup>9</sup>, a do capital portador de juros, que esconde completamente o mecanismo criador de valor, a divergência que pode se manifestar nas crises financeiras é uma desmedida. O lucro total obtido pela indústria em geral se divide entre o ganho do empresário da produção propriamente dita e o juro que ele deve pagar ao proprietário do dinheiro, que o emprestou para ser usado como capital. A taxa de juro é a remuneração de um simples título de propriedade, mas se impõe como medida às expensas do lucro e da mais-valia. A mera diferença entre o capital gerado nos circuitos de valorização “fictícia” e o criado na esfera da produção de mercadorias, adquire aqui o caráter de uma *oposição*. É a oposição interna entre o capital em geral e o trabalho assalariado que aparece como oposição externa da concorrência entre o capital industrial e o financeiro.

Só como resultado de uma oposição de medidas, portanto, que se pode entender uma crise, inclusive as que parecem circunscritas à esfera financeira, como até pouco tempo atrás se dizia ser o caso atual. A

9 Marx, 1984, v. III, MEW 25, p. 404.

enorme transferência de mais-valia social para o setor imobiliário nos Estados Unidos e alguns países da Europa, setor em que vinham se associando à renda da terra urbana o crédito e, daí, a especulação financeira, era uma forma de compensar o baixo retorno dos investimentos produtivos. Enquanto puderam mais ou menos convergir as respectivas taxas de rentabilidade de cada setor, manteve-se o circuito do crédito e do consumo. O que assistimos agora é o espetáculo proporcionado pela explosão dessas medidas. Esperemos que pelo menos se cumpra agora o desiderato de Marx em 1872:

O movimento pleno de contradições da sociedade capitalista faz-se sentir da maneira mais chocante ao burguês prático nas reviravoltas do ciclo periódico pelo qual passa a indústria moderna e no seu ponto extremo, a crise geral. Ela está novamente em marcha, embora ainda em seus estágios iniciais, e pela extensão multilateral de seu cenário bem como pela intensidade de seus efeitos, ela meterá dialética na cabeça até dos otimistas do novo Santo Império Prussiano Germânico.<sup>10</sup>

## Bibliografia

- BELLUZZO, L. M. *Valor e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CHESNAIS, F. *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.
- \_\_\_\_\_. Como la crisis del 29, o más... Um nuevo contexto mundial. *Heramienta*, Buenos Aires, n. 39, out. 2008.
- COLLETTI, L. (Org.). *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*. México: Siglo XXI, 1978.
- GIANNOTTI, J. A. *Trabalho e reflexão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GRESPAN, J. *O negativo do capital*. São Paulo: Hucitec, 1998.

10 Marx, 1984, v. I, MEW 23, p. 28, Posfácio da 2ª edição alemã.

MARX, K. *Das Kapital*, v. I e III, MEW 23 e 25. Berlim: Dietz Verlag, 1984.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. Berlim: Dietz Verlag, 1974.

\_\_\_\_\_. *Theorien über den Mehrwert*, v. II, MEW 26.2. Berlim: Dietz Verlag, 1967.

SHAIKH, A. An introduction to the History of crisis theories. In: *U.S. Capitalism in Crisis*. Nova York: Union for Radical Political Economics, 1978.